

PRIMEIRA REELEIÇÃO

José Arhur Giannotti

Não foi simplesmente uma nova eleição, pois a possibilidade de políticos permanecerem no cargo por oito anos empresta nova dinâmica à política em geral. Se dá maior consistência a programas de transformação da sociedade reafirmados pelas urnas, também reúne caciques decadentes numa operação de sobrevivência. É o que se comprovou principalmente depois do segundo turno, quando muitos fizeram qualquer tipo de aliança, deixando de lado compromissos, fidelidades ou planos anteriormente anunciados, desde que pudessem salvar suas peles. É óbvio que o resultado do segundo turno terá influência decisiva na aglutinação dos interlocutores do presidente reeleito, cujo projeto de reforma, por causa da crise financeira internacional e dos erros cometidos no primeiro mandato, precisa urgentemente corrigir o rumo. Fazendo-se uma análise desapassionada dos dados, porém, não me parece que terá dificuldades intransponíveis para dar prosseguimento a seu projeto, a despeito da trabalhadeira em que estará metido.

Não há dúvida de que o capital político de FHC foi renovado e continua grande. Não se deve diminuir o mérito de vencer no primeiro turno, com 53% dos votos válidos, numa situação adversa, seja porque o exercício do poder desgasta, seja porque a eleição se deu no furacão da crise. Mas esse capital pode ser gasto rapidamente se a população não perceber uma atuação rápida e precisa do governo no sentido de defender a moeda e promover aquele desenvolvimento que ponha no horizonte a possibilidade de diminuir o desemprego com a retomada do crescimento econômico. Até agora, entretanto, o primeiro desafio não está emperrando o segundo?

Na tarefa de promover as reformas, que consumiram muito do impacto do primeiro mandato e cujos efeitos ficaram aquém do esperado, o governo tem pressa por causa da crise, mas corre o perigo de esgarçar-se numa negociação morna com um Congresso que, tudo parece indicar, será muito mais guloso. Num primeiro estudo das eleições parlamentares deste ano, Sérgio Abranches e Juliana Mello notam que, a despeito da renovação da Câmara dos Deputados ficar abaixo de 50%, ela foi altíssima. A nova Câmara terá 191 novatos concentrados no PSDB e no PT. Se a coalizão governamental controlava 29% da Câmara, controla agora 39%, mas dada a pouca experiên-

cia dos novos deputados é de se prever uma negociação mais difícil e caso-a-caso. Daí, para o governo, a importância da fidelidade partidária. Se é bem verdade que ele possui meios muito convincentes de pressão, no final das contas conseguindo fazer passar a maioria de suas propostas, isto se faz às custas de uma negociação contínua e renovada periodicamente. Nessa queda-de-braço o governo sai esfalfado e a proposta mutilada. É de se esperar, portanto, uma série de tratativas difíceis, principalmente levando-se em conta que, além dos novatos, a oposição melhorou a qualidade de seus representantes. Boa parte dos xiitas da esquerda foi derrotada, sendo que os novos representantes tendem a aceitar as idas e vindas do jogo democrático.

Por sua vez, o desempenho do governo, considerando-se as dificuldades que terá com os governadores, principalmente para reformular o pacto federativo, essencial para a reforma fiscal, vai depender sobremaneira de uma reforma política profunda, capaz de traduzir para a opinião pública as propostas que virá a fazer para a nação. Em suma, para ele cada vez mais se torna importante institucionalizar o debate e ampliá-lo de tal maneira que novos setores da população façam ouvir suas vozes.

Além do mais, a pauta de discussões com os governadores diversificou-se. É o que se conclui do resultado do segundo turno. Todos os partidos tiveram suas vitórias e suas perdas, embora haja reforço e ampliação dos grupos mais à esquerda. Com a derrota de suas velhas lideranças, o Centro-Oeste tem a oportunidade de tornar-se um operador político muito presente, constituindo novo pólo de modernidade. Sob esse aspecto, é pena que Cristovam Buarque não tenha tido sucesso. Essa derrota é muito ruim para a renovação do PT, um dos problemas mais urgentes da política brasileira. Se ele obteve uma importante vitória no Rio Grande do Sul, onde se firma como alternativa real de poder, convenhamos, Olívio Dutra conserva certos ranços da burocracia partidária. O que me parece mais importante é que o PT, ao conquistar governanças significativas, não pode mais tratar os administradores que ele próprio elege com desconfiança e até hostilidade, como aconteceu com Luiza Erundina e Vitor Buaiz.

A votação pesada obtida pelos representantes das facções mais leves dá ao partido novo alento, embora não se possa ter pressa quando se espera que os agentes extingam comportamentos supersticiosos. O PDT terá de lamber suas feridas, sendo possível que Anthony Garotinho surpreenda com suas manobras populistas. Tudo me parece indicar que vai procurar permanecer no fio da navalha, retirando proveito tanto de uma aproximação com o governo quanto de grandes gestos de ruptura para dar satisfação às suas bases e tratar de ocupar maior espaço na oposição. No fundo, terá de liquidar a herança brizolista, o que significa mexer cuidadosamente numa estrutura partidária amorfa, mas em que se encastram focos resistentes de populismo varguista e estatista. Por certo a grande incógnita é o PMDB. A despeito de estar em plena decomposição, teve vitórias importantes em Pernambuco e em Minas Gerais. Mas até que ponto Itamar Franco representa esse partido? Astucioso e irresponsável no que respeita ao bom funcionamento da máquina pública, mas extremamente fiel ao grupo que o

acompanha desde os tempos de Juiz de Fora, Itamar tudo fará para voltar ao Palácio do Planalto. Se este é seu plano de rota, é de se prever que dialogará com FHC e dele se afastará, conforme esse movimento facilite sua próxima candidatura. Acontece que os grandes líderes do partido foram derrotados, inclusive seu presidente, Jader Barbalho. Mas qual será o futuro de cada um dos grupos partidários se não estiver em diálogo constante com o presidente, que conservará por quatro anos as chaves do cofre do poder?

Não se pode esquecer, finalmente, a estrondosa vitória sobre o malufismo. Não foi apenas Paulo Maluf o derrotado. Examinando o panorama da política nacional, verifica-se que o eleitor aprendeu a ser mais racional do que previam os marketeiros. Usando o instituto da reeleição, soube dar continuidade a um projeto de renovação nacional, capitaneado por FHC, e reconduzir ao cargo aqueles governadores que já tinham equilibrado o orçamento, com a exceção de Antônio Britto, mas, ao mesmo tempo, soube alertar o presidente reeleito sobre os efeitos perversos de uma estreita dependência das loucuras do capital internacional; por fim, renovou o Congresso sem mudar propriamente a composição partidária. Em resumo, ampliou o leque da discussão de tal modo que o próprio governo, cuja estrutura interna também se diversifica, vai ter de mudar seu relacionamento com as oposições. Mas para isso haverá de escapar dos caminhos já trilhados entre ele e o Legislativo, dialogando mais com outros representantes da sociedade civil. Neste quadro, a derrota do malufismo cerceia aquelas práticas de pequenas chantagens que cada político tradicional arma contra seus adversários, já que as responsabilidades dos agentes ficam mais definidas. Torna-se assim possível tomar distância dos representantes mais duros de uma burguesia predatória, que sempre lidou com os fundos públicos como se fossem fundos privados. Obviamente esta é apenas uma tendência, ainda pouco solidificada. É preciso lembrar que a vitória sobre Maluf e o bando que se formou em torno dele não foi nada fácil.

Em consequência, não são apenas as estruturas formais da política que estão precisando ser reestruturadas; existe ainda uma urgência na renovação da pauta. E aqui governo e oposição estão apenas engatinhando. O primeiro porque necessita trazer rapidamente para o espaço público as razões das pesadas medidas que tem tomado e ainda tomará, pois cada demora nesse processo educativo termina corroendo sua popularidade e sua legitimidade. A campanha para a reeleição, contudo, foi inteiramente estruturada para que nada de novo viesse no processo, de tal modo que pudesse ser a mais semelhante àquela que resultou na eleição de 1995. Esta estratégia estava na lógica da reeleição. O presidente, muito competentemente, soube afastar todos os novos candidatos, com exceção de Ciro Gomes, para que seu confronto se resumisse a uma contradança *déjà vu* entre ele e Lula. Essa estratégia só pôde dar certo porque o PT, nervo da oposição, não logrou apresentar um programa alternativo viável às políticas do governo. Não há dúvida de que hoje se percebe que desde cedo levantou a lebre da defasagem do câmbio e do rápido crescimento do déficit público, mas lhe faltou credibilidade política, vale dizer, aquela opinião que se faz força social, para

que tais denúncias se tornassem presentes no espaço público. Isto porque — e aqui retomo argumentos de Álvaro Comin — ainda está expiando a falta de não ter compreendido o alcance do Plano Real e está gastando muita energia para digerir internamente a crise do socialismo, que coloca a ação política dentro dos horizontes do capitalismo e da democracia representativa. É bem verdade que no início da campanha criticou o governo, que, diante da crise, parecia mover-se num reino de fantasia, mas essa crítica parecia falsa e de pouca consistência. Bastou, entretanto, o presidente admitir a gravidade da situação para que o alerta da oposição se tornasse plausível para todos. Salvaram-no sua autoridade e a sinceridade do ato, embora tenha sido privilegiado pelo toque do gongo. Tudo parece indicar que um debate mais prolongado levaria a um segundo turno, com resultados imprevisíveis.

A consideração de todos esses fatores nos leva a concluir que a melhor maneira de enfrentar a crise é aprofundar nossa democracia, tanto do seu lado institucional quanto do seu lado temático. Infelizmente, porém, isso não se logra tão-só por meio de uma abstrata "vontade política". Em primeiro lugar, tanto o governo quanto as oposições podem ficar enredados na discussão das dificuldades econômicas atuais e dos meios necessários para minorar seus efeitos perversos na área social, novamente deixando de lado a reforma das instituições políticas, as únicas, a meu ver, que podem assegurar aquele diálogo necessário para enfrentar uma tempestade, cuja duração e movimento não se pode prever. Além disso, não basta as forças hegemônicas colocarem em pauta essa reforma, pois elas assim como as oposicionistas estão eivadas de contradições. Não é porque uma parte consegue uma vitória sobre seu adversário de partido ou de coalizão que está assegurado que o vencido ocasional some forças com o vencedor: uma espécie de sabotagem subliminar está sempre corroendo uma decisão que se toma sem convicção. Isto é normal numa democracia, mas esse jogo se torna autodestrutivo quando cada grupo participante do jogo político traz no seu bojo ao mesmo tempo forças de renovação e do atraso, em vez de diferentes concepções de progresso. Uma política pouco institucionalizada não empenha as decisões e deixa margem para uma discussão que sempre tende para o lado pessoal. Convém não esquecer tão cedo do horror que foram os debates na televisão, pois os políticos travaram uma luta mais parecida com os desenhos animados do gato e do rato do que com um confronto de representantes do povo.

Se o atual governo ganhou sua hegemonia enfrentando a inflação e se abrindo para a economia internacional, fê-lo se expondo para a opinião pública, além de manipular e ser manipulado por uma aliança altamente instável, pressionando o Congresso e passando alheio às críticas dos setores organizados — sempre acoimados de corporativismo —, de tal modo que acabou sendo percebido como um exército de tecnocratas inebriados de poder. Não chegou o momento de recuperar o papel pedagógico inicial? Por sua vez, as oposições participam do jogo político da maneira mais equívoca. De um lado, praticam os rituais da política democrática; de outro, estão sempre prontas para acusar o vencedor de falta de legitimidade, como se, no fundo, o mecanismo das umas, por não ter a transparência da democracia

direta, sempre fosse uma usurpação de poder. Como explicar a histeria, depois de 4 de outubro, contra as pesquisas de opinião e as manipulações da mídia e do *marketing*. Não há dúvida de que as pesquisas precisam ser melhoradas do ponto de vista técnico e controladas pela própria sociedade civil e pela opinião pública. *Marketing* é uma técnica de manipulação das massas, imprescindível numa sociedade de massas. Uma coisa, porém, é encenar a luta entre o bem e o mal; outra, opções entre diferentes formas de desenvolvimento. Se os marketeiros têm usado e abusado na transformação de candidatos em sabonetes, a culpa não é deles nem do meio, mas da estrutura partidária, que permite que a efetiva luta política se encene como se fosse um espetáculo de fantoches falantes.

Não tenho vocação para Cassandra. Há uma tendência dos intelectuais de acreditar que estão sempre escrevendo na beira do abismo, de confundir o desvario da escrita com o delírio do mundo. Mas temos diante de nós um sério desafio que precisa ser enfrentado, antes de tudo, avaliando-se suas reais dimensões. E tudo parece indicar que o Brasil tem um defeito de nascença, pois foi gerado por uma elite predatória que sempre fez com que o Estado vivesse muito além de suas possibilidades orçamentárias. As direitas se acostumaram a pilhar os fundos públicos como se eles fossem sem fundo e as esquerdas continuaram a prática tomando a desculpa de que o advento do socialismo substituiria o reino da carência pelo reino da liberdade. Mas hoje cabe perguntar a qualquer político, liberal ou de esquerda, quanto custa a preponderância da agenda democrática que ele propõe. Como estou sublinhando a importância, neste momento, da reforma das práticas políticas — dos partidos, das instituições e de seus próprios horizontes —, preciso conter minhas expectativas no quadro da dimensão orçamentária do Estado. Mas como isso também é uma questão política, vejo-me na contingência de admitir que estamos na situação de reformar o barco no meio da tempestade.

Os impasses em geral só encontram soluções quando o conflito passa a operar num nível superior. Para muitos daqueles que foram treinados a tirar lições das eleições anteriores, estas eleições foram ao mesmo tempo auspiciosas e aterradoras. Concedendo que numa sociedade de massa uma eleição vem a ser um fenômeno de massa, e o número de eleitores mobilizáveis no Brasil o confirma, não é por isso que na margem não há de se levantar a questão crucial: no final das contas, qual é a democracia que queremos, compatível com uma sociedade pela qual seríamos capazes de sacrificar nossas vidas? Parece-me que essa última dimensão tem sido esquecida quando se fazem análises políticas. Não se trata apenas de conciliar; a luta política implica aposta, risco e perigo de morte. É falsa esta idéia de que tudo está ocorrendo dentro dos conformes da democracia burguesa, quando estão sendo tomadas decisões anônimas das quais decorre a sobrevivência ou a morte de populações inteiras. Mas também é falsa a indignação moral diante do espetáculo do extermínio de uma parte da humanidade, como se tudo dependesse de nossas imaculadas concepções. Cada vez mais se coloca em pauta a pergunta pelo tipo de sociedade que queremos e quais são os mecanismos políticos capazes de fazer com que

nossos ideais deixem de ser pontos de fuga imaginários. As oposições serão incapazes de se opor radicalmente a qualquer governo se deixarem de lado a questão radical de como regular nosso metabolismo com a natureza e de como criar e distribuir riqueza de modo a dotar cada cidadão das condições necessárias para desempenhar os papéis sociais que ele próprio venha a escolher. Desse ponto de vista, a ação do governo, mesmo quando não perde o rumo de seu projeto político, tende a ser conservadora, dado o volume de problemas que deve enfrentar no cotidiano. No entanto, como neste momento seu maior desafio é ampliar o leque de seus interlocutores, de forma a sair do impasse entre ele e o Legislativo, creio que estamos diante de uma contingência propícia para um debate entre os ideais de uma sociedade justa e os meios efetivos para que nos aproximemos deles. E como a hegemonia ainda tem sido dele, a ele cabe a responsabilidade de ampliar seu diálogo com a sociedade que vá além dos tradicionais caminhos trilhados com o Congresso e a mídia. Se não menciono o Poder Judiciário, não é por esquecimento, mas de propósito, já que se encontra num tal estágio de alienação que só uma intervenção profunda e de fora o transformará numa força social atuante.

Desde os tempos da Colônia a política brasileira foi tencionada por dois vetores muito gerais mas efetivos. De um lado o predador, como se nuvens de gafanhotos devorassem nossas riquezas para engordar e transferir uma parte delas para o exterior. De outro o nativista, tratando de criar por aqui uma sociedade independente. Do mesmo modo que o sistema colonial sempre implicou um balanço equilibrado entre o externo e o interno, também agora é preciso encontrar uma forma de equilíbrio entre o que somos e o que queremos ser no contexto das nações. E o novo Estado, que está sendo refundado, não pode perder de vista a tarefa de modificar as regras do próprio jogo que lhe dá legitimidade. De regulador inicial da depredação, o Estado pouco a pouco se transformou numa rede institucional imensa regulando o coletivo, mas também numa bomba de sucção da riqueza social para que outras aves insaciáveis pudessem saciar sua voracidade. O que tem sido o saque dos nossos fundos públicos nenhuma história ainda contou. No entanto, quando a questão de uma democracia de massa, isto é, a forma institucional da política abrangendo uma enorme população, se impõe como questão de sobrevivência nacional, o tamanho e o perfil desse Estado, vale dizer, o conteúdo nuclear dessa política, passam a ser o maior problema a ser formulado. Haverá outro regulador da justiça social? Daí a dupla face do desafio: de um lado, ampliar o diálogo político além das fronteiras das instituições estatais; de outro, dar forma a um Estado renovado que, cabendo dentro dos limites nos quais a sociedade o circunscreve, seja capaz de assumir sem peias suas funções soberanas, sem deixar na sombra uma distribuição mais equitativa do poder nos seus três níveis, da União, do estado e do município. Não é desse ponto de vista mais amplo que se deve começar a examinar as últimas eleições, que mostraram nitidamente uma intensa politização do nível médio?

Recebido para publicação em
27 de outubro de 1998.

José Arthur Giannotti é professor emérito da FFLCH-USP e presidente do Cebap.

Novos Estudos
CEBRAP
N.º 52, novembro 1998
pp. 5-10
